



4 A 6 DE SETEMBRO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.



ABRACEEL

Associação Brasileira dos
Comercializadores de Energia

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Em seminário do TCU, Abraceel indica diretrizes para nortear renovação de concessões das distribuidoras

06

Baseado em simulações, novo e-book dissecou dúvidas contábeis e tributárias em transações com derivativos de energia

10

Reforma tributária: Grupo Técnico defende que energia elétrica tenha tratamento especial e alíquotas reduzidas

13

Abraceel na Mídia

15

Curtas

24

E o Congresso?

26

Próxima Semana

Em seminário do TCU, Abraceel indica diretrizes para nortear renovação de concessões das distribuidoras

Matéria em 1 minuto:

- *“Queremos colocar luz no pano de fundo, no ‘mindset’, que deve nortear a renovação das concessões”, diz Rodrigo Ferreira;*
- *Abraceel defendeu separação contábil das atividades fio e energia, modernização da rede de medição e compartilhamento de dados do consumidor, de forma interoperável, “em curtíssimo prazo”;*
- *Ministro Antônio Anastasia pressiona por uma definição célere por parte do MME, que diz esperar repassar em setembro a documentação solicitada pelo Tribunal.*

A Abraceel participou de um seminário organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no dia 31.08, em Brasília, para debater aspectos envolvidos no vencimento dos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica.

Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, foi debatedor ao lado de Ricardo Brandão (Abradee) e Joísa Dutra (FGV-Ceri) em painel que contou com moderação da jornalista Marlla Sabino, repórter do Grupo Estado.

Confira os principais trechos do posicionamento da Abraceel:

Papel da Abraceel no debate

“A distribuidora tem, no futuro do setor elétrico, um papel especial, um desafio especial, que é entregar tudo aquilo que a tecnologia está colocando à disposição do consumidor. Nossa participação é colocar luz no pano de fundo, no “mindset”, que deve nortear essa renovação das concessões. Esse pano de fundo deve ser utilizado para criar um ambiente comercial, econômico e financeiro em que as distribuidoras vão atuar, pois sem elas nós não vamos conseguir entregar a transição energética.”

Dificuldade de prever cenários

“Os contratos (de concessão das distribuidoras) terão 30 anos. Onde nós estávamos 30 anos atrás? Era um setor complemen-

taramente diferente. É difícil olhar para o setor elétrico daqui 30 anos em um ambiente em que as evoluções acontecem em um ritmo muito maior do que ocorreram nos últimos 30 anos.”

Indicadores de desempenho

“Medir duração e frequência das interrupções por meio do DEC e FEC parece um pouco inadequado para o mercado que queremos ter. Temos de medir outras coisas. A distribuidora deve ser medida pela performance dela, e a performance dela passa pelo serviço que ela presta ao consumidor. E hoje o consumidor quer instalar geração distribuída. O consumidor do Grupo A quer ir para o mercado livre. Temos então de medir se a distribuidora está fazendo uma boa conexão, está fazendo a gestão em tempo real da sua rede, receber essa energia, entregar e manter a flexibilidade que o sistema precisa. E temos de medir se as distribuidoras estão entregando a migração (dos consumidores do Grupo A) de forma correta, uniforme, se há padronização.”

Separação contábil das atividades 1

“Temos de fazer a separação contábil entre fio e energia. Separar contabilmente o que é fio, monopólio natural, rede, do que é a parcela A, do que é energia. Isso ajudaria a evidenciar problemas das distribuidoras com energia, como sobrecontratação e contratação compulsória. Isso ajudaria a entender como está a natureza econômica e financeira da atividade fio, atividade na qual a distribuidora tem de ser perfeitamente remunerada, incentivada a melhorar, pois essa é a atividade vital para o futuro do setor elétrico.”

Separação contábil das atividades 2

“Na comercialização, nós achamos que somos nós (comercializadores) que temos a missão, como varejistas, de transformar a energia em produto, de viabilizar que a sociedade possa comprar energia via anúncio de televisão, entrando numa loja no shopping como compra telecom, afinal de contas eu não entendo nada de telecom e compro telecom. Essa separação parece ser fundamental e parece ser algo importante para constar em um contrato de concessão.”

Transição energética no Brasil

“A transição energética da eletricidade não é, aqui no Brasil, a descarbonização, desafio que já foi superado. A CCEE informa que 92% do consumo nacional ocorre por fontes renováveis. O

desafio no Brasil é a descentralização da geração e da compra, e a digitalização. O desafio do Brasil é o oposto da Itália, por exemplo, que já digitalizou toda a sua rede e já descentralizou, pois o consumidor italiano pode gerar e comprar livremente. Mas a descarbonização, lá, é um desafio. Aqui, a transição energética da eletricidade é ter tinta na caneta, é estabelecer política pública.”

Papel da medição digital

“A telemedição e a medição digital são fundamentais para a migração dos consumidores ao mercado livre? Não são. Afinal, já medimos o nosso consumidor do mercado regulado. Mas elas potencializam esse consumidor, que poderá, por exemplo, poder participar ativamente de um programa de resposta de demanda, viabilizado pelas distribuidoras. Com certeza os comercializadores vão criar e oferecer produtos relacionados a esses serviços, mas a infraestrutura que vai prover será a da distribuidora.”

Dados dos consumidores

“O *open energy* é um tema fundamental. O dado é um ativo do consumidor. É crucial eu saber o perfil de consumo, de crédito, para poder entregar para o consumidor um produto sob demanda. E o dado hoje está com a distribuidora, mas não com o consumidor, de forma interoperável. Por que não estabelecer, em curtíssimo prazo, após a renovação desses contratos, uma política de *open energy*? As distribuidoras precisam implementar um programa de *open energy*. Isso é urgente, pois o mercado já abriu, e muito em breve teremos 48% ou 50% do mercado de energia elétrica no ambiente concorrencial.”



Baseado em simulações, novo e-book dissecou dúvidas contábeis e tributárias em transações com derivativos de energia

Matéria em 1 minuto:

- Derivativos surgem como oportunidade em um mercado que gira entre quatro e cinco vezes um contrato físico de energia e que atrai cada vez mais players do setor financeiro;

- Bernardo Sicsú, da Abraceel: “O avanço dos derivativos de energia é um movimento inexorável, assim como a abertura de mercado para todos os consumidores”;

- Esse é o quarto e-book em parceria com BBCE na busca por estimular o mercado de derivativos de energia.

A Abraceel e a BBCE lançaram, no dia 31.08, [um novo e-book](#) explicando o funcionamento das operações com derivativos de energia elétrica, desta vez com esclarecimentos, baseados em simulações e exemplos reais, sobre dúvidas de cunho tributário e contábil que são vivenciadas pelas empresas no momento de conduzir as transações.

O conteúdo, com simulações e questões mais práticas e menos conceituais, foi elaborado por Eric Barreto, Wesley Carvalho, Aloir Costa, Saulo Miyahara e Gabriel Cardozo, professores e consultores especializados em ciências contábeis, sob supervisão da BBCE e da Abraceel.

Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, explicou que a associação já promoveu diversas ações para o desenvolvimento do mercado de derivativos de energia e que esse objetivo é uma das metas apontadas pelas empresas associadas para este ano, o que demonstra o interesse do mercado. Rodrigo ressaltou que há baixa volatilidade no mercado atualmente e que as comercializadoras, por isso, buscam alternativas, como derivativos, créditos de carbono e outras commodities.

Marcio Castro, Diretor-Presidente da BBCE, informou que há esforço contínuo para desenvolver ações educativas para que haja o crescimento do mercado de derivativos de energia e que a produção no novo e-book, com respostas a dúvidas concretas dos operadores, enfatizando questões tributárias e contábeis, é prova disso. "Sabemos que, para além da educação, existem outros elementos a serem tratados e a BBCE quer contribuir nessa agenda", disse.



Estrutura do novo e-book

O e-book Derivativos de Energia – Volume IV, com foco em contabilidade e tributação, tem a seguinte estrutura:

- Contabilidade de derivativos de energia: explica conceitos importantes para determinar a diretriz do tratamento contábil dos derivativos de energia, incluindo exemplos que simulam aplicações práticas.
- Tributação de derivativos de energia: analisa como identificar a característica das operações com derivativos de energia, quais são os impostos devidos e traz exemplos que simulam aplicações práticas de como a transação deve ser tributada.
- Contratos no ambiente de contratação livre com derivativos embutidos: explica situações em que há derivativos embutidos em contratos de compra e venda de ativos, e que tratamento tributário e contábil dar a esses contratos híbridos.

Histórico

Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, reforçou que as associadas indicaram a importância de a Associação trabalhar pela expansão do mercado de derivativos e que esse tema está no radar das empresas faz alguns anos.

Por isso, Abraceel e BBCE criaram em 2021 a [primeira cartilha](#) sobre derivativos de energia, oferecendo uma visão geral sobre o tema, e que mais dois volumes foram elaborados e divulgados em seguida – [o segundo](#) tratou especificamente sobre contabilidade e tributação, enquanto [o terceiro](#) abordou supervisão e monitoramento, dessa vez em parceria também com a CCEE.

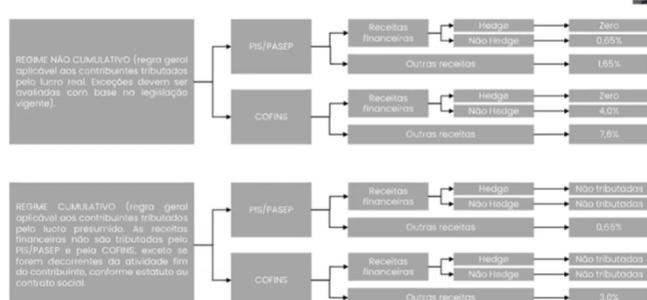
“Diferente do segundo volume, essa nova cartilha tem um viés mais prático, menos teórico, com exemplos, elaborado a partir de dúvidas e sugestões dos agentes de mercado”, explicou Sicsú. “A partir dessas iniciativas, tentamos disseminar conhecimento, identificar gargalos e atuar para, de fato, alavancar esse mercado, em prol do fortalecimento do mercado livre de energia”, disse.

Liquidez e eficiência

O Vice-Presidente da Abraceel ainda analisou as razões de incentivar o mercado de derivativos de energia, “instrumento amplamente utilizado em mercados mais desenvolvidos”. “Temos hoje um mercado de energia elétrica que gira quatro a cinco vezes um contrato físico”, resumiu, explicando que o consumo no mercado livre é de 26 GW médios enquanto o volume transacionado no mesmo ambiente é pouco maior que 105 GW médios. “Parte relevante desse volume poderia estar nos derivativos, com maior modernidade e eficiência, usando um instrumento mais aderente ao que de fato a operação representa”, concluiu.



TRIBUTAÇÃO – REGIMES DE TRIBUTAÇÃO



O mercado de derivativos ganha importância a partir das estratégias de cada empresa. Um consumidor pode ter o desejo de comprar um contrato e travar um risco enquanto um gerador pode querer vender energia e viabilizar um investimento. “Derivativos são importantes para aumentar a liquidez, e liquidez é um conceito chave, pois significa, de forma geral, que um agente terá maior facilidade para encontrar alguém para fechar sua posição, sem ter que pagar a mais por isso”, frisou Sicsú.

“Hoje, nossa visão é de que avanço dos derivativos de energia é um movimento inexorável, sem volta, assim como a abertura de mercado para todos os consumidores. A questão que estamos debruçados é sobre a velocidade dessa adoção e o que precisa ser superado ou esclarecido para que isso aconteça”, concluiu.

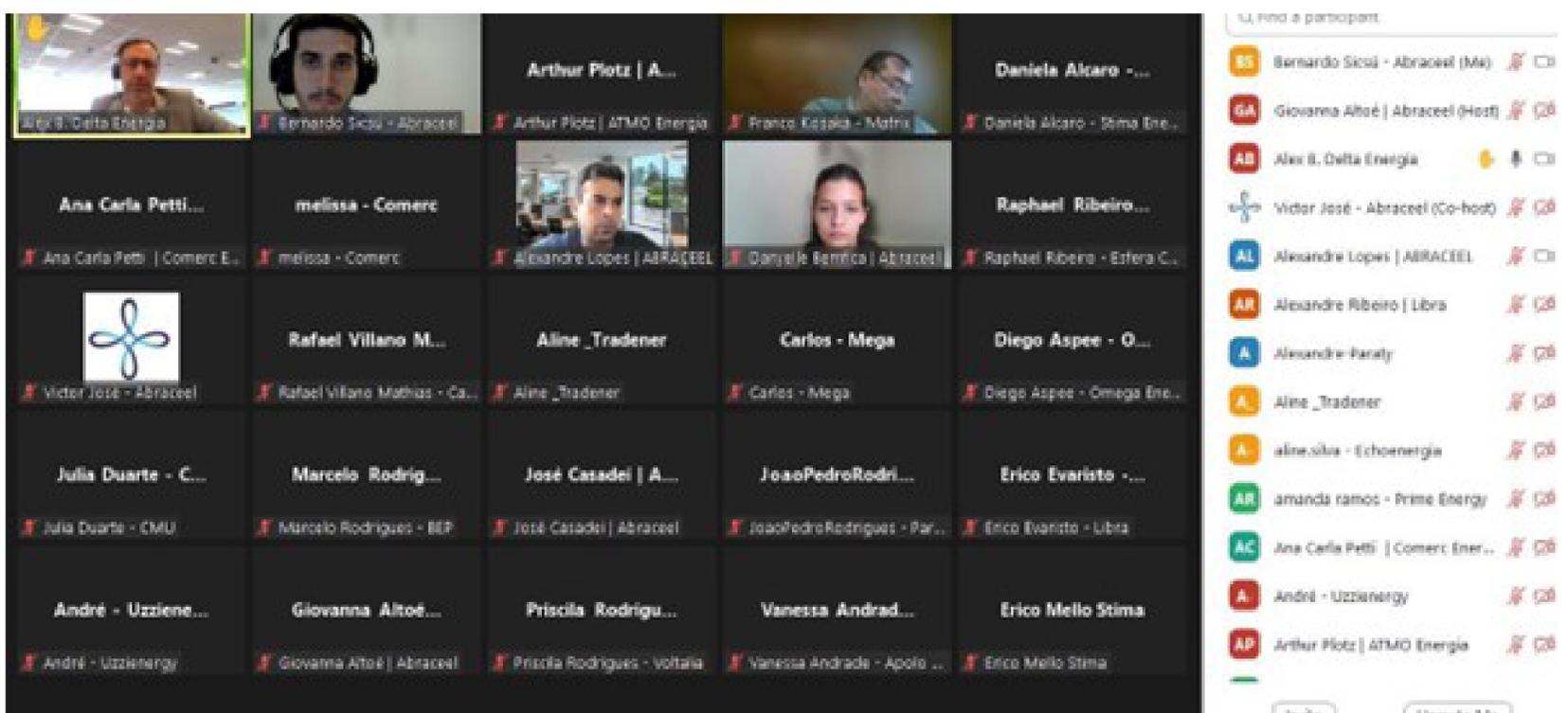
Benefícios dos derivativos de energia

- 1.** Mecanismo importante de gerenciamento de risco, permite travar riscos na contratação de energia
- 2.** Negociação apenas do preço, sem necessidade de entrega física, o que oferece economia e flexibilidade, inclusive com benefícios tributários
- 3.** Sem participação na liquidação do Mercado de Curto Prazo, sem impacto por exemplo da inadimplência multilateral ou de exposições do mercado
- 4.** Mecanismo complementar, pois agentes, principalmente consumidores e geradores, continuarão transacionando energia elétrica em contratos físicos, como ocorre atualmente, o que se cria é uma nova opção, uma nova forma de negociação, sem algumas amarras do mundo físico.

Reforma tributária: Grupo Técnico defende que energia elétrica tenha tratamento especial e alíquotas reduzidas

Matéria em 1 minuto:

- Associadas sugerem que Abraceel busque incluir a energia elétrica no rol de atividades com aplicação da alíquota reduzida, tal qual saúde e educação;
- Em reunião do GT, associadas ponderam que o setor é repleto de especificidades e, por isso, é necessário um tratamento que reconheça a complexidade do mercado;
- Abraceel participa de reunião do Fase com a equipe do senador Eduardo Braga, relator da reforma tributária no Senado Federal.



Seguindo a rodada de discussões sobre a proposta de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu no dia 01.09 para discutir alternativas de atuação para tentar garantir que o setor de energia elétrica não tenha aumento de carga tributária e, possivelmente, seja beneficiado com redução tributária. Aproximadamente 95 associados participaram do encontro.

O foco da Abraceel

No início da reunião, a Abraceel informou que, em workshop realizado pela Associação no dia 29.08, especialistas tributários sugeriram que os agentes do setor pleiteassem um regime especial com base nas especificidades e complexidades da atividade de energia elétrica, bem como o caráter essencial do serviço para o

bem-estar e a economia, defesa que justificaria a inclusão em um regime tributário diferenciado.

Já o Grupo Técnico da Associação, em reunião realizada dia 01.09, concluiu que, mesmo considerando os benefícios de um regime especial, a Abraceel deve buscar a inclusão da energia elétrica no rol de atividades que terão alíquotas reduzidas, a exemplo de saúde e educação, usando, como argumentos, o caráter de essencialidade e do papel da energia elétrica no desenvolvimento do país. Além disso, o GT recomendou que a Abraceel atue com outras entidades que já têm audiências agendada com o senador Eduardo Braga, para pleitear alíquota reduzida para o setor elétrico.

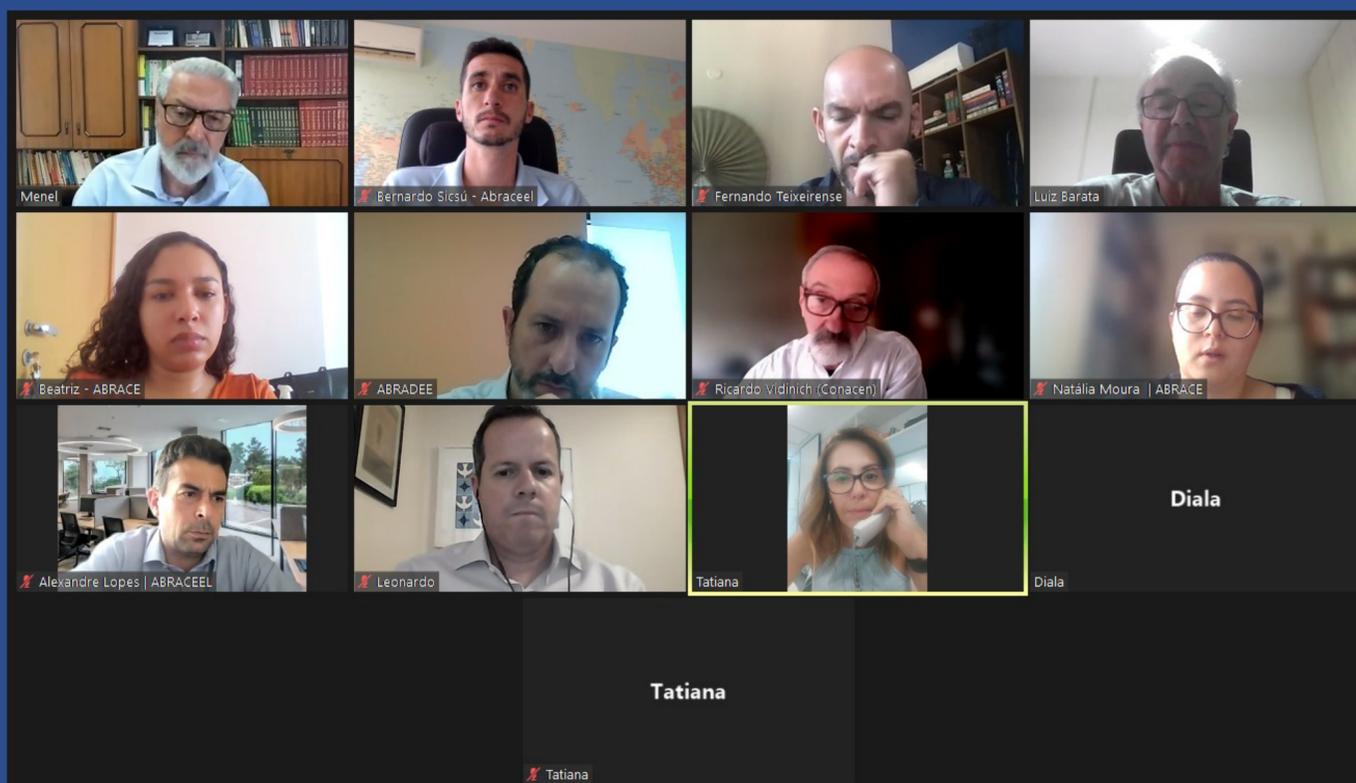
As associadas apontaram que qualquer tratamento especial para a energia é bem-vindo, no que for possível, mas o foco da atuação da Abraceel deve ser a inclusão do setor no rol de atividades beneficiadas com alíquota reduzida.

Em paralelo, o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) trabalha com a diretriz de solicitar que, por causa da essencialidade e especificidades setoriais, o setor de energia elétrica deve ser beneficiado com um regime tributário especial, o que afastaria a aplicação de um imposto seletivo.

A Abraceel solicitou que as associadas compartilhem estudos e pareceres para que seja possível se debruçar sobre os impactos da reforma tributária na atividade de comercialização, buscando argumentos para debater com os parlamentares.

Abraceel, no Fase, participa de reunião com assessoria de Eduardo Braga

No dia 06.09, a Abraceel participou, via Fase, de audiência com a assessoria do senador Eduardo Braga, cujo objetivo foi explicar em detalhes os pleitos do setor elétrico.



Em síntese, o Fase pleiteia que o setor de energia deve ter regime diferenciado pelas seguintes razões: i. características únicas e complexas no entremeio de suas operações vinculadas (comercialização, geração, transmissão e distribuição) com uma série de diferimentos e tratamentos específicos entre a geração até o consumidor final; ii. é o vetor principal para a transição energética e sustentação de novas tecnologias que estão no centro da pauta econômica e ambiental; iii. a sua essencialidade já reconhecida para a prosperidade da economia e melhoria de indicadores sociais.

Por essas razões, o Fase solicita excluir o setor de energia da possibilidade de imposto seletivo e incluí-lo na lista dos específicos, como feito com combustíveis e outros, para que se permita uma lei complementar capaz de definir bases seguras e suficientemente claras para alcançar as inúmeras transações que ocorrem na cadeia do setor sem que isso onere o consumidor final.

ABRACEEL NA MÍDIA



Comercializadoras denunciam problemas com distribuidoras nas migrações de consumidores livres

Fonte: MegaWhat

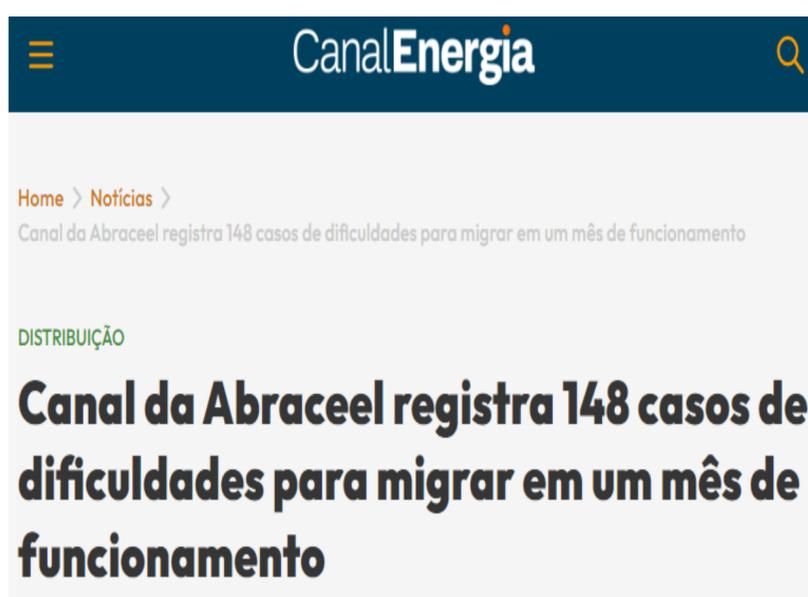
[Acesse aqui](#)



Abradee avalia reclamações de comercializadores e aponta número baixo do "universo" de migração

Fonte: MegaWhat

[Acesse aqui](#)



Canal da Abraceel registra 148 casos de dificuldade para migrar em um mês de funcionamento

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Consumidores reclamam de dificuldades para migrar para mercado livre

Fonte: epbr

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Análise: desafio na renovação de distribuidoras é criar transição energética equilibrada

Fonte: Agência Infra

[Acesse aqui](#)



Monitoramento prudencial no mercado livre deve reacender discussão sobre garantias

Fonte: Agência Infra

[Acesse aqui](#)

CURTAS

Publicada resolução que trata do monitoramento prudencial

Hoje, 06.09, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Resolução 1.072/2023, que trata do monitoramento prudencial dos agentes no âmbito da CCEE durante o “período sombra”. No texto, o Diretor-Geral da Aneel incumbe à CCEE a condução do “período sombra” do monitoramento e reafirma o período de duração previamente divulgado. Além disso, é destacado que, ao término do teste, haverá deliberação, pela Aneel, de nova versão do módulo “Cálculo do Monitoramento Prudencial”. Por fim, a Aneel explicita que todos os agentes deverão encaminhar à CCEE (i) o total de contratos de compra consolidados, em reais e MW médios, em base mensal, para mês de apuração e para o horizonte dos próximos seis meses, por tipo de contrato (preço fixo, preço variável e derivativos), por tipo de energia e por submercado, (ii) o total de contratos de venda consolidados, seguindo os mesmos parâmetros dos de venda, e (iii) a previsão de geração em MW médios, em base mensal, para o mês de apuração e para o horizonte dos próximos seis meses, por tipo de energia e por submercado. A Resolução está disponível [aqui](#).

Ministério da Fazenda manifesta apoio ao comercializador independente de etanol



No dia 05.09, a Abraceel se reuniu com a Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, a ANP, o MME, o escritório Souto Correa Advogados e a associada Delta, para discutir sobre o comercializador independente de etanol. Na ocasião, Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, abordou que o intuito da reunião é permitir a entrada de investidores independentes no setor de etanol, aumentando a oferta, com maior competição e redução de preços para o con-

sumidor. Informou que, para isso, é necessário aprimorar a legislação tributária e a regulação da ANP, eliminando a obrigação do comercializador de etanol ser vinculado a produtor ou cooperativa de produtor. O MME afirmou ver a proposta de forma positiva, ainda mais por estimular a competitividade no setor. O Ministério da Fazenda informou que o assunto é relevante para a pasta, por ser um pleito que busca aumento da concorrência no setor, e por isso irão analisar as informações relatadas pela Abraceel, além de reforçarem a necessidade de conseguir uma janela legislativa para tratar do tema, via projeto de lei. A apresentação está disponível no [site](#) da Abraceel.

Com sugestões da Abraceel, MDIC divulga resultados para reduzir Custo Brasil

A Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou os primeiros resultados da iniciativa de redução do Custo Brasil por meio do aprimoramento do arcabouço regulatório. O custo da energia elétrica foi uma das propostas consolidadas, abarcando aprimorar o marco regulatório do setor elétrico, com menção a expansão do mercado livre, conforme sugerido pela Abraceel. Racionalizar os encargos setoriais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica e aprimorar a regulação das transações de curto prazo no mercado atacadista de energia elétrica foram outros pontos mencionados pelo MDIC. Além disso, outras sugestões relacionadas ao mercado de gás natural também constam no documento, como a harmonização das regras e busca pelo aumento da concorrência no setor. Para definir e atuar nessa agenda, foi instituído o Grupo de Trabalho para a Redução do Custo Brasil para apreciar as propostas e fazer sugestões de medidas regulatórias, além de identificar os fatores que acarretam custos excessivos. Acesse o documento [aqui](#).

Fique ligado: Abraceel promove live sobre proteção de dados do consumidor e defesa da concorrência no 18.09 às 16h

Buscando aperfeiçoar o processo de migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre, a Abraceel tem realizado diversas ações para identificar os principais obstáculos e propor melhorias. Nesse contexto, o esclarecimento sobre a legislação

existente no Brasil para proteção dos dados dos consumidores e da defesa da concorrência é muito importante, pois sabemos a relevância dos dados em mercados concorrenciais. Para debater o tema, convidamos para live “Proteção de dados do consumidor e defesa da concorrência”, que ocorrerá dia 18 de setembro, às 16h, no Zoom da Abraceel, exclusiva para associados.



SAVE THE DATE

PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR E DEFESA DA CONCORRÊNCIA



PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

16h – Abertura e moderação dos debates

- Rodrigo Ferreira, presidente Executivo da Abraceel (confirmado)

16h05 – Apresentação do Parecer Jurídico sobre a adequação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e da Defesa da Concorrência no setor elétrico

- Camila Alves, Julião Coelho Advogados (confirmada)

16h20 – Debates envolvendo o moderador, palestrantes e os convidados abaixo:

- Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do CADE (confirmado)
- Representante da Aneel (a confirmar)
- Representante da Abradee (a confirmar)

17h – Perguntas do público

17h15 – Encerramento

Salve essa data na sua agenda!

FaleAqui! entra em nova fase e receberá também protocolos de casos enviados à Aneel

Com 148 casos recebidos na primeira fase do FaleAqui!, a Abraceel vem apresentando os resultados e discutindo possíveis soluções com os interessados, já tendo realizado reuniões com Aneel

e Abradee, por exemplo. Durante as tratativas, fica evidente a importância de registro oficial dos casos que, conforme orientação da Aneel, deve ser realizado na seguinte sequência: i) distribuidora, ii) ouvidoria da distribuidora, e iii) ouvidoria da Aneel. Em razão disso, solicitamos que as associadas nos informem também o protocolo dos casos já reportados à Aneel de tal forma que a Abraceel possa acompanhar de perto o andamento dos processos. O relato pode ser feito pelo e-mail gt@abraceel.com.br. Por fim, lembramos que o registro de novos casos no FaleAqui! ocorre por meio do [formulário](#).



Grupo Técnico discutirá problemas de ICMS no dia 19.09 às 15h

Seguindo a linha das últimas discussões acerca do tema, a Abraceel promoverá, no dia 19.09, às 15h, uma reunião do Grupo Técnico para tratar do estorno de créditos de ICMS e da cobrança de ICMS na TUSD apenas para consumidores livres no Amazonas. Com relação ao estorno de créditos, o STF recentemente reconheceu repercussão geral com relação ao Tema 1258 (RE nº 1.362.742). Isso porque, o Estado de Minas Gerais adota entendimento de que nas vendas interestaduais de combustíveis e energia elétrica, que ocorrem sem incidência do imposto na saída - pois cabe ao Estado de destino o recolhimento, deve a empresa vendedora promover o estorno dos créditos de ICMS decorrentes da operação anterior. O tema chegou ao STF com decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais desfavorável ao contribuinte, sob o argumento de que o recolhimento do imposto no Estado de destino não afasta a necessidade do estorno. Essa discussão tributária pode impactar as operações das comercializadoras de energia, dado que o que restar decidido no processo individual terá aplicação obrigatória para todos os contribuintes do país, por ser de repercussão geral. Em função disso, Estados que atualmente não possuem tal entendimento, como São Paulo, po-

dem ter respaldo para exigir o estorno do crédito de ICMS. Outro tema tributário diz respeito a cobrança de ICMS sobre a TUSD no Estado do Amazonas apenas para determinados consumidores livres, o que prejudica a concorrência e fere o princípio da isonomia. O relato é de um decreto que concede um diferimento para não incidência do ICMS para consumidores cativos e algumas indústrias incentivadas. Ambos os temas serão discutidos no GT no dia 19.09, às 15h, conforme orientações enviadas por e-mail.

Garanta a vaga da sua empresa no Encontro Anual do Grupo Técnico da Abraceel, dia 21.09, em São Paulo

A Abraceel convida para o Encontro Anual do Grupo Técnico, que ocorrerá de forma presencial na sede da associada BTG Pactual, em São Paulo, no dia 21.09, às 15h. O evento debaterá as principais pautas defendidas pela Associação e a programação completa será divulgada em breve, com participação da Aneel e CCEE. Em função da limitação física do local, permitiremos apenas um participante por empresa, mas abriremos uma lista de espera no caso de haver vagas disponíveis. Nesse sentido, pedimos a gentileza de preencher o [formulário](#) de inscrição do evento até o dia 11.09, quando então a lista de espera será liberada. Na parte final do evento, haverá uma confraternização no Bonita Bar e Cozinha (Rua Clodomiro Amazonas, 142 - Itaim Bibi, São Paulo).

[Coquetel Anual] Local e data confirmados, marque na agenda!

O tradicional coquetel anual da Abraceel de 2023 será no dia 07.12, às 19h, no Itahy, Rua Jorge Coelho, 98 - Itaim Bibi, São Paulo. Mais informações serão enviadas em breve. Salve esta data!



Coquetel
Anual

[Últimas vagas] Planejamento Estratégico da Abraceel acontecerá nos dias 26 e 27.10, em Brasília

O Planejamento Estratégico da Abraceel acontecerá nos dias 26 e 27.10, no B Hotel, em Brasília, e contará com debates sobre a política energética no executivo e cenário político, agenda prioritária do mercado livre, palestra sobre o mercado de energia do Texas, além das discussões para a definição das bandeiras da Abraceel para 2024-2027. A lista de espera já foi liberada e restaram poucas vagas, que serão reservadas para as empresas que ainda não confirmaram presença e que deve registrar seu interesse pelo [formulário](#).

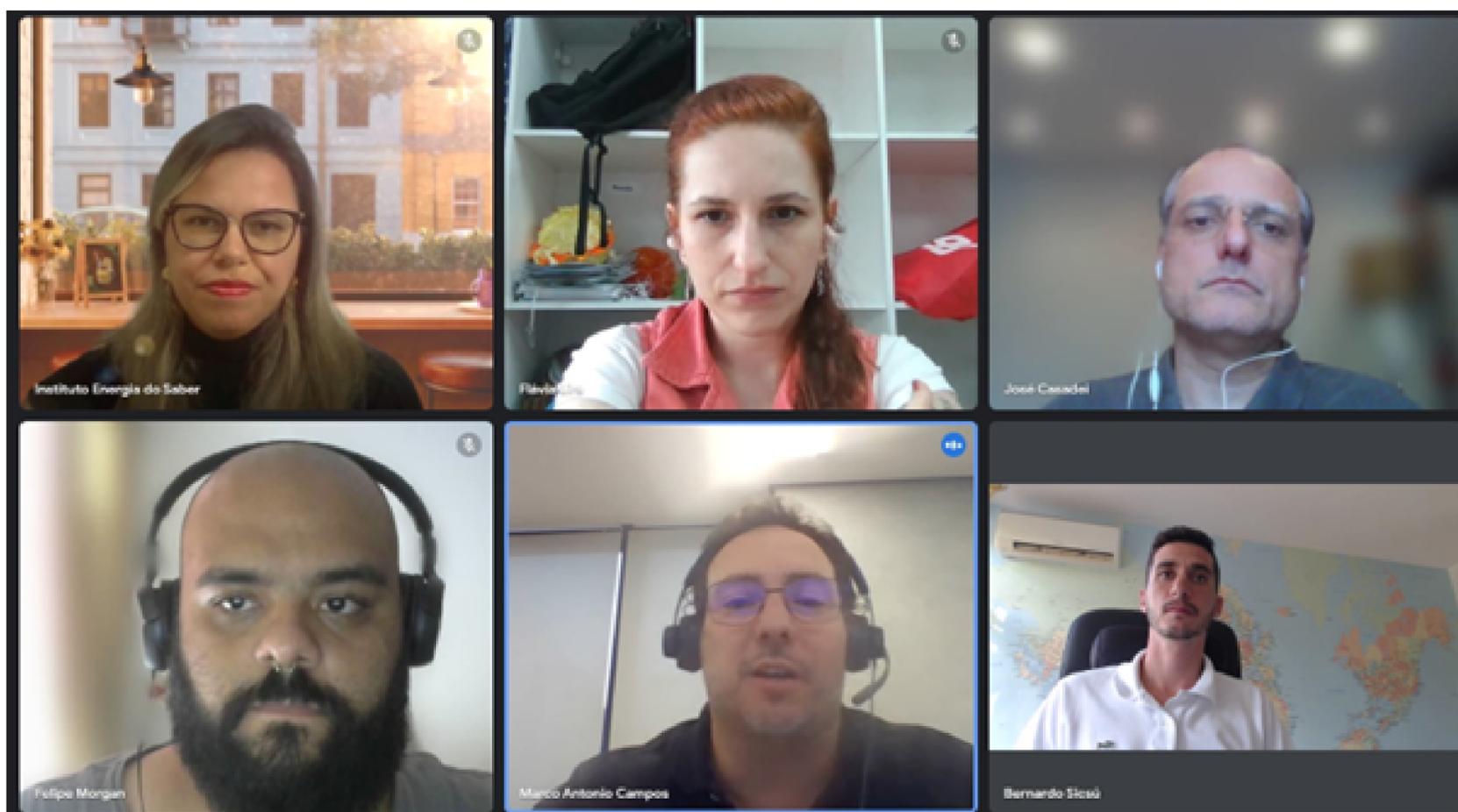


CCEE anuncia lançamento de acompanhamento das liquidações de curto prazo

A CCEE anunciou o lançamento de uma ferramenta para acompanhar as liquidações do mercado de curto prazo e, em paralelo, firmou uma parceria com a Dcide para divulgar uma curva futura de preços para o mês atual e para os seis meses seguintes. Assim, com o início do “período sombra” do monitoramento prudencial de mercado, os associados da CCEE terão ainda acesso contínuo às projeções de preços futuros de energia, um parâmetro necessário para apuração do nível de alavancagem das comercializadoras. A ferramenta de acompanhamento pretende facilitar o acompanhamento do extrato das liquidações financeiras realizadas mensalmente na CCEE, reunindo informações públicas que atualmente estão dispersas em vários relatórios.

Abraceel apoiará Instituto Energia do Saber, que auxilia mais de 2.500 crianças em vulnerabilidade social

No dia 05.09, a Abraceel se reuniu com os coordenadores do Instituto Energia do Saber, organização sem fins lucrativos fundada em 2017, que promove atividades relacionadas ao desenvolvimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação, cultura, empreendedorismo e esporte. O projeto sobrevive exclusivamente de doações e já conta com alguns associados da Abraceel como apoiadores. A Associação apoiará exclusivamente na divulgação das ações do Instituto, em especial do já conhecido “almoço dos traders”, que visa arrecadar recursos para os projetos. Mais informações sobre o Instituto Energia do Saber podem ser encontradas no site www.instituto-energiadosaber.org.br e na apresentação disponibilizada na [área do associado](#).



Receba o relatório semanal por WhatsApp

A Abraceel informa que os representantes e colaboradores das associadas podem escolher receber o Relatório Semanal, informativo semanal produzido pela Associação, via WhatsApp. A solicitação pode ser feita de duas formas: enviar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br ou uma mensagem diretamente para (61) 99608-6963 informando o número de telefone. É importante salvar o número de telefone aqui mencionado para poder receber o Relatório Semanal.

Abraceel prepara minuta de contribuição à TS da agenda regulatória da Aneel

No dia 06.09, a Abraceel enviou aos associados minuta de contribuição à Tomada de Subsídios 14 da Aneel, que trata da agenda regulatória do biênio 2024-2025. A formulação da agenda, agora menos extensa, seguindo o pleito da Abraceel na tomada de subsídios sobre o mesmo assunto no ano passado, consistiu na divisão das atividades em temas estratégicos e indicação do contribuinte de quais atividades deveriam ser colocadas em quais temas. A minuta da Associação destaca os temas de relevância para a comercialização, como simplificação da migração, respeito à LGPD, open energy e operacionalização do comercializador varejista. Contribuições podem ser enviadas no próprio texto em formato revisão até o dia 12.09.

CURTAS - GÁS NATURAL

Contribua com a regulamentação do mercado livre de gás no Estado de São Paulo

A Abraceel enviou aos associados, no dia 04.09, minuta de contribuição ao formulário da Arsesp, que trata da regulamentação do mercado livre de gás natural no Estado de São Paulo. Entre os pontos defendidos pela Associação, vale destaque o respeito à competência da ANP de legislar sobre energia, tornando desnecessária a obrigação de envio, para obtenção de outorga, de documentos à Arsesp por parte dos comercializadores. Contribuições ao documento devem ser enviadas no formato revisão pelo gt@abraceel.com.br até o dia 11.09, segunda-feira.

Abraceel contribui com a regularização do Subida da Serra

No dia 04.09, a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 10/2023 da ANP, sobre o estabelecimento de condições possíveis e necessárias para que o Gasoduto Subida da Serra possa operar de acordo com as legislações federal e estadual. Na visão da Associação, a proposta apresentada pela ANP ainda carece de esclarecimentos, em especial em relação à operacionalização da mesma, havendo necessidade de Análise de Impacto regulatório (AIR) que mapeie os impactos e custos aos envolvidos na al-

ternativa escolhida, principalmente aos consumidores. Assim, a Abraceel pleiteia que, antes da operacionalização do gasoduto, sejam divulgados, de forma pública, os esclarecimentos acerca de (i) como será a conexão ao transporte, previsão de data para a conexão e custos para os usuários da malha, (ii) os custos envolvidos na proposta e sua forma de ressarcimento, (iii) como será feito o controle de vazão do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo (TRSP) do volume que se destina à Comgás, (iv) qual o volume exato de gás que será destinado ao mercado da Comgás e (v) como será o tratamento da ociosidade do gasoduto. A contribuição pode ser lida na biblioteca do [site](#) da Abraceel, aba de “Contribuições e notas técnicas”.

Agenera abre consulta pública sobre o mercado de gás natural no Rio de Janeiro

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) abriu consulta pública, no dia 01.09, sobre a regulamentação e harmonização do novo mercado de gás no Estado do Rio de Janeiro. Os assuntos a serem discutidos na referida consulta serão a metodologia de cálculo da tarifa específica, condições gerais de fornecimento e O&M e a regulamentação da figura do agente comercializador. A Agência aceitará contribuições até o dia 30.09 através do [site](#). A Abraceel discutirá internamente sobre eventual contribuição.



Apesar do feriado de 07.09, o Congresso Nacional esteve em atividades, em especial pelo esforço do presidente da Câmara dos Deputados para votar a urgência do projeto de lei que regulamente o programa “Desenrola”, pauta de interesse do governo Lula.

Geração distribuída na próxima semana - Na volta do feriado, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado já apresentou sua pauta para a reunião de 12.09, que inclui:

- PL 2.703/2022: prorrogação de subsídios à geração distribuída;
- PL 2.646/2020: debêntures de infraestrutura;

Os relatórios dos projetos ainda não foram apresentados. Vale destacar que o PL 2.703 chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados ano passado, mas o Senado Federal segurou a votação da matéria após trabalho intenso de associações setoriais, apontando as distorções que o projeto traria ao setor com sua aprovação.

Pauta verde segue prioritária – mais uma vez Arthur Lira destacou a priorização da pauta verde no segundo semestre, com destaque para a “regulamentação do mercado de carbono, distribuição de energia renovável para outros países e incentivos às fontes alternativas de produção de biocombustíveis”.

Reforma tributária – dando seguimento à agenda de audiências públicas sobre o tema, no dia 13.09 a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado fará debate com a presença da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Instituto InvestBrasil e Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado.

Centrão no governo ainda depende de negociações - Como forma de inserir o centrão no governo, mudanças devem acontecer nas próximas semanas. Ministérios dos Esportes, Portos e Aeroportos e até o de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços estão na mira.

Reforma administrativa: prioridade para Arthur Lira, mas nem tanto para o governo - O presidente da Câmara dos Deputados tem indicado prioridade para debate da reforma administrativa, embora o líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), tenha dito que não é prioridade. Por outro lado, o ministro da Fazenda Fernando Haddad começou a debater o tema e tem demonstrado interesse em discutir a agenda.

PRÓXIMA SEMANA

13.09 - Quarta-feira: Reunião do Grupo Técnico para discutir a CP Aneel 28/2023, que dispõe sobre a comercialização varejista, às 9h;

Abraceel participa do evento da associada 2W Ecobank, o 2W Day, às 14h;

Abraceel se reúne com Norus para apresentação da plataforma Imeris Contrapartes, às 14h.

14.09 – Quinta-feira: Abraceel se reúne com a Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia (MME), às 11h.